

----- **ACTA N º 03 de 2004** -----

-----SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

-----DATA DA SESSÃO: Vinte e nove de Abril do ano de dois mil e quatro, com continuação em três de Maio. -----

-----LOCAL DA SESSÃO: Sala de Sessões da Assembleia Municipal. -----

-----INÍCIO DA SESSÃO: Vinte e uma horas e cinquenta minutos. -----

-----ENCERRAMENTO DA SESSAO: Uma hora e cinco minutos.-----

-----PRESIDIU: Fernando Neves Portal e Silva-----

-----1º SECRETÁRIO: Cesário Alves Correia -----

-----2º SECRETÁRIO: Lilia Cristina Soares Laranjeira -----

-----MEMBROS PRESENTES:-----

-----PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:-----

-----Fernando Neves Portal e Silva, José de Oliveira Bastos, Carlos Alberto Barbosa Dias Ribas, Germano Sá Oliveira, Carlos Tavares Fernandes, Cesário Alves Correia, Paulo Jorge Guimarães Ferreira, Bernardo Freitas Oliveira Lemos de Azevedo, Lília Cristina Soares Laranjeira, Ana Rita da Silva e Sousa e Joaquim da Costa Mateus(Presidente da Junta de Freguesia)-----

-----PARTIDO SOCIALISTA: -----

-----Jorge Manuel Vultos Sequeira, António Manuel Nogueira Valente Pires, Filomena Maria Carvalho Sousa, e António Celso de Matos.-----

-----CDS/PARTIDO POPULAR-----

----- Fernando Nunes Andrade, Helder Constantino Lopes Soares, Amílcar Gomes de Bastos, Cirilo da Costa Moura e Manuel Luís de Almeida.-----

-----COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA: -----

-----Maria de Fátima Neves Guimarães -----

-----MEMBROS PRESENTES DA CÂMARA MUNICIPAL -----

-----PRESIDENTE DA CÂMARA: Manuel Castro Almeida -----

-----VEREADORES: Rui Oliveira Costa (PSD), Fátima Roldão (PSD), Paulo César Lima Cavaleiro (PSD) Jorge Manuel Teixeira Lopes da Silva (CDS/PP) e Josias Gil de Amorim(PS).-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS**-----

-----**1- Período de Antes da Ordem do Dia**-----

-----**2 – Período da Ordem do Dia**-----

-----2.1 – Apreciação e Votação dos “Documentos de Prestação de Contas de 2003”-----

-----2.2- Apreciação dos “Documentos relativos ao Inventário de Bens Direitos e Obrigações Patrimoniais”-----

-----2.3 - Apreciação e Votação de “Proposta de Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos de 2004”-----

-----2.4 - Apreciação e Deliberação de “Proposta de Regulamento sobre a Arrumação Automóvel nas Vias Públicas”-----

-----2.5 – Apreciação e Deliberação de “Desafectação de parcela de terreno do domínio público para o domínio privado do Município, sita nas Fontainhas- Acta da Comissão de Estudo”-----

-----2.6 – Apreciação e Votação das Actas números: 1/2004 (Sessão Ordinária de 26 de Fevereiro) e 2/2004 (Sessão Extraordinária de 25 de Abril)-----

-----2.7 – Apreciação da informação apresentada pela Câmara Municipal nos termos do art.º 53º, n.º1, alínea d) e e) conjugada com o art.º 68º.n.º4 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro. -----

-----2.8-Aprovação e Votação de Proposta de “Alteração aos Estatutos da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria”-----

---- **3 – Período de Depois da Ordem do Dia**-----

----Período para intervenção do público, durante o qual lhe serão prestados os esclarecimentos solicitados.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO 1** -----

----FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

----Antes de dar início aos trabalhos, o Senhor Presidente saudou todos os presentes. Comunicou de seguida o pedido de ausência e respectiva substituição do Membro desta Assembleia Municipal, nos termos do nº1 do art.º 78º da legislação em vigor e em conformidade com o Regimento: Pedro Nuno Oliveira Santos, substituído por Filomena Maria Carvalho Sousa, por impossibilidade legal devidamente justificada do Membro seguinte da lista, Tiago Alexandre Fontela.-----

----Seguiu-se a leitura do expediente (correspondência recebida e respondida) pelo Primeiro

Secretário.-----

-----FERNANDO PORTAL/ PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

----- Passou-se ao início dos trabalhos, sendo aceites inscrições para intervenções no "Período de Antes da Ordem do Dia".-----

-----FÁTIMA GUIMARÃES/CDU -----

-----Questionando o Senhor Presidente da Câmara sobre as habitações da cidade que estão a ser ocupadas sem licença de habitabilidade e sem escritura, o que impede a venda dos mesmos pelos respectivos proprietários, pergunta se lhe pode ser facultada uma lista com o número de habitações que estão a usufruírem de água canalizada através de contadores de obras, de serviços de recolha de lixos e esgotos e ainda de aluguer de contador. Considera um prejuízo pessoal e para o Município a que urge pôr fim. -----

-----Referindo-se ao projecto "Prevenir o Futuro" diz que quando foi apresentado em Assembleia Municipal, foi transmitida a ideia de que seria a solução para o problema dos toxicodependentes da cidade. Face às notícias dos jornais locais, pergunta: Se o financiamento da manutenção do projecto tem estado a cargo de empresários e particulares ao abrigo do Mecenato Social, se esperam que o "Governo assuma as suas responsabilidades e garanta o apoio financeiro para a sua continuação". Se neste momento as entidades que podem garantir esse apoio, nomeadamente a Segurança Social e o Instituto da Droga e Toxicodependência já assinaram o protocolo respectivo? E tendo a informação de que eram 47 os toxicodependentes que passaram pelo programa sendo que 28 ficaram em tratamento, pergunta se a situação se mantém. -----

-----Referindo-se às queixas dos munícipes atacados por cães abandonados na cidade, lembra que a CDU já levantou por várias vezes esta questão. Considera urgente que a Câmara encontre as soluções adequadas que respeitem condições dignas para os animais e simultaneamente acautelem a segurança dos cidadãos. -----

-----Prossequindo, refere-se aos protocolos da Câmara Municipal com as várias Associações Desportivas, assinalando em especial a análise efectuada ao protocolo assinado com a ADS, sobre o qual pergunta: A Câmara está em condições de garantir se estão a ser cumpridas as cláusulas do protocolo, nomeadamente as da distribuições das verbas atribuídas à Associação por modalidade e por formação? Faz a descrição da distribuição pelas várias modalidades e os

respectivos valores atribuídos. Referindo-se às verbas previstas, pergunta se igualmente está a ser cumprida esta cláusula.-----

-----Finalizando, menciona o caso de expulsão da cidade de cerca de três centenas de pessoas, na maioria crianças. "Por decisão do poder Judicial e perante a passividade do poder político foram arrancadas dos seus acampamentos já de si com baixas condições e atiradas para qualquer outro local". Percebendo e respeitando a decisão do Tribunal, não compreende como se pode expulsar pessoas já de si fragilizadas social e economicamente, especialmente as crianças, desenraizando-as, retirando-as dos espaços de convívios, de amigos e hábitos que, por serem na história das famílias de algumas dezenas de anos, eram já um bom percurso no caminho para um enraizamento mais sustentado. E pergunta: de que valeu o esforço e a imaginação de tantos nas escolas onde estiveram os miúdos quando para cá vieram essas famílias? Diz sentir-se chocada e preocupada por saber que não foram acauteladas no mínimo, as condições para segurança e protecção dessas crianças. Assinala a indiferença manifestada ao longo destes anos, patente na falta de iniciativas na procura de soluções para um alojamento adequado e a indiferença com que se arrumou esta incómoda questão. (Documento anexo a esta acta com o n.º 1)-----

---LUÍS ALMEIDA/ CDS/PP-----

--- Refere-se à Assembleia Municipal realizada em Setembro de 2003 em que o P.P. tentou sensibilizar o Executivo sobre a atribuição do IMI, para a não aplicação da taxa máxima. Face às notícias da imprensa sobre as receitas arrecadadas, e fruto das revalorizações patrimoniais, houve um agravamento. Considera que houve uma ligeira redução percentual e face a essa descida percentual era crível que as famílias sanjoanenses não fossem sobrecarregadas com o agravamento desse imposto. Constatou serem inteiramente justas e sensatas as intervenções efectuadas pelo PP. aquando da discussão deste assunto. O alerta efectuado assentava nas revalorizações patrimoniais que iriam ocorrer, por ser óbvio que um acréscimo de 30% no valor do património significaria uma subida de 10% no imposto a cobrar. Sustenta que o PP está em condições de afirmar que muitos sanjoanenses, incluindo os que habitam casas sociais ou de custos controlados, tiveram agravamentos na ordem de 30%. Considera ser esta uma forma injusta de aumentar as receitas das autarquias. Conclui dizendo: "Poderíamos e deveríamos ter aprovado um percentual inferior ao máximo. O montante da receita que vamos arrecadar será

ultrapassado em 2004 porque as actualizações patrimoniais vão continuar a sofrer actualizações. Existem outras formas de aumentar receitas reduzindo em sectores não essenciais ao desenvolvimento e funcionamento da Autarquia” Dando como exemplo a contratação de pessoal em especial os avençados, diz ser importante ter um sistema informático de gestão de actividades deste pessoal e medir a sua produtividade em prol da Autarquia. Apela aos Membros da Assembleia Municipal e ao Executivo que pondere futuramente sobre este assunto formulando votos que no próximo ano se alivie a carga do IMI sobre os Sanjoanenses.(Documento anexo a esta acta com o nº2) -----

----Terminando, questiona o Executivo se foram feitas algumas promessas, na altura das eleições, sobre as habitações a custos controlados existentes em Fundo de Vila e que possuem infiltrações de humidade. Recorda a visita da Secretária de Estado da Habitação e de responsáveis do INH às mesmas, e refere que a fiscalização é da responsabilidade da Autarquia. Muito embora não caiba a este Executivo a responsabilidade destas construções pergunta qual a intenção na prestação de auxílio à conservação das mesmas. Documento anexo à acta com o n.º 3)-----

-----OLIVEIRA BASTOS/PSD-----

-----Pedido de esclarecimento: “Face às afirmações feitas pelo Membro anterior quero perguntar-lhe onde se baseou e qual o estudo que tem neste momento que lhe permite assegurar que a receita global que o município vai arrecadar é superior àquela que arrecadava anteriormente com a contribuição predial”. -----

-----LUÍS ALMEIDA/CDS/PP-----

----Responde ao pedido de esclarecimento anterior: “embora não possua um estudo aprofundado desta situação, possui conhecimento e dados concretos (e desafio aqui a provar que não é verdade o que estou aqui a dizer) de que as pessoas residentes em Fundo de Vila na sua grande maioria (estou a referir-me a pessoas em habitação sociais e de custos controlados) tiveram um aumento substancial no valor patrimonial que implicou uma subida do imposto que tem de pagar este ano. Nos prédios degradados, a revalorização patrimonial não vai parar por aqui, vai continuar, porque é feita progressivamente, não é feita de uma só vez. Por consequência, se tivermos uma taxa de 0,8 % a aplicar sobre esses valores patrimoniais que vão subir, é lógico que a receita a arrecadar será superior”.-----

-----AMILCAR BASTOS/CDS/PP-----

----Apresenta a situação da existência de um Bar no prédio onde reside, que tem o seu "prime-time" por volta das cinco horas da manhã, tornando quase impossível a quem vive no mesmo dormir. Neste sentido, apela á intervenção do Senhor Presidente da Câmara junto da P.S. P. no sentido de minorar o barulho a que está sujeito . -----

-----ANTÓNIO PIRES/PS-----

----Tendo conhecimento que foi encomendado um estudo a uma empresa especializada em rede viária há já alguns meses e porque as conclusões e resultados tardam em chegar, considerando que a Autarquia é sensível a uma problemática que é de todos, solicita a intervenção do Executivo no sentido de com poucos custos poder atenuar e corrigir algumas das situações que passa e enumerar: -----

----Alteração das passadeiras e que devido à sua localização são susceptíveis de provocar atropelamentos, nomeadamente das que se encontram imediatamente após as curvas e rotundas, bem como das que se encontram em cima das paragens de autocarros e junto aos parques de estacionamento sem respeitar o código de estradas, considerando mais grave ainda quando esse mesmo estacionamento é sujeito a pagamento. Assinala igualmente a colocação de outras que faltam, nomeadamente junto de escolas e jardins de infância e falta de pintura nas já existentes.-----

----Assinala igualmente o rebaixamento de certos passeios e separadores centrais, a fim de permitir os cidadãos em cadeiras de rodas, e aos carrinhos de bebé, o melhoramento da sua mobilidade. -----

----Chama a atenção para a colocação de sinais verticais de aviso de aproximação de passadeiras e da colocação de lombas nas situações em que se justifiquem, bem como colocação de reflectores visíveis à noite em especial nas vias mal iluminadas.(Documento anexo à acta com o nº4)-----

-----CELSO MATOS/PS-----

----Referindo-se à sua intervenção na última Sessão do ano de 2003 sobre os dejectos dos caninos na via pública, jardins, relvados e passeios, diz que o abandono dos mesmos em locais públicos pode ter graves consequências para a saúde pública e para o ambiente, nomeadamente por causa das doenças possíveis de serem transmitidas ao ser humano. Cita

que uma determinada Autarquia que na tentativa de sensibilizar e educar os munícipes afixou cartazes onde se lê "cuide dos dejectos do seu cão e seja um dono responsável". Lembra que relativamente a este assunto foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara que tinha incumbido o Vereador Paulo Cavaleiro, responsável deste Pelouro, para estudar este problema. Nesse sentido, questiona o Senhor Vereador: "quais os passos que já deu para que a remoção dos mesmos seja uma realidade a bem da saúde e ambiente, ultimamente tão badalado, e se já pensou criar uma contra ordenação punível com multas, no caso de ainda não existir Regulamento camarário que contemple este assunto".-----

----- Continuando, refere que na Rua Oliveira Júnior junto à rotunda do BPI foi limpo o terreno que albergava uma casa em ruínas. Assinala o bom trabalho que foi efectuado nesse sentido, mas actualmente os munícipes queixam-se que neste local está a ser efectuado depósito de lixos com a proliferação de ratos. Alerta a Câmara no sentido de tomar as medidas que entender adequadas para obstar ao ressurgimento de uma lixeira péssima para o bem da saúde pública.-----

----- Referindo-se à Biblioteca Municipal, regista com desagrado o facto de há mais de dois meses uma das máquinas fotocopiadoras se encontrar inoperacional e a existente no piso superior (Biblioteca Infantil), ter uma peça partida no tabuleiro que sustenta as folhas. Para poder tirar as fotocópias tem de fazer uso das costas de uma cadeira como suporte, e "sem a cadeira não há cópias e não se vislumbra solução para o caso." Conclui perguntando: qual a razão que obsta a que se reparem convenientemente as fotocopiadoras? -----

-----Aludindo ao canil municipal faz notar que "consta que estariam vários cães encarcerados em jaulas de exíguas dimensões, sem água e alimentação. E pergunta: "quem são os responsáveis deste caso deplorável e com que fundamento se nega água e alimentos aos cães enjaulados? Seria para apressar a sua morte? Estará em causa o tratamento de alguma doença ou teriam de tratar algum problema de obesidade?" Finalizando, apela ao respeito pelos animais e formula o desejo de que jamais tal procedimento reprovável se repita.-----

-----BERNARDO AZEVEDO/PSD-----

-----Apresenta o voto de congratulação subscrito por todos os Membros presentes, pelo empenho, abnegação e altruísmo, uma vez mais demonstrado pelas associações locais, considerando mesmo que foram o cerne da grande actividade desenvolvida nas inúmeras

actividades de diversa índole, levadas a efeito nas comemorações do Dia da Terra no âmbito da Agenda 21 Local.-----

----FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA-----

---Considerando que o voto de congratulação apresentado à Mesa se encontra subscrito pelos Membros de todos os grupos parlamentares presentes, o Senhor Presidente perguntou se alguém se opunha ao mesmo. Não havendo oposição, é o mesmo aprovado, ficando a fazer parte integrante desta Acta com o n.º 5.-----

----CIRILO MOURA/CDS/PP-----

---Regista a sua satisfação pela noticia saída hoje num semanário local sobre o compromisso assumido pela Autarquia no melhoramento das acessibilidades inserido no programa "Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para todos". Neste sentido pergunta ao Executivo se está contemplada a Rua D. Afonso Henriques, do lugar da Bomba ao entroncamento da Rua do Brasil.-----

----Finalizando alude à intervenção que deveria ser feita na Rua João da Regras por na mesma existir um terreno desalinhado e com falta de iluminação. Lembra ainda a Rua do Auditório que só tem um candeeiro e a Rua Belmiro António da Silva que não tem sequer uma lâmpada.-----

----FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

---Terminadas as inscrições é dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos.-----

--- CASTRO ALMEIDA/PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----

---Agradecendo os alertas e sugestões, começa por explicar que, sobre as licenças de habitabilidade e as ausências de contratos de água, tanto quanto sabe, no mandato desta Câmara não foram ocupados prédios ou fracções de prédios sem a correspondente licença. Quando iniciou o mandato tomou conhecimento da existência de várias centenas de fracções que estavam ocupadas sem as respectivas licenças. A posição que tem assumido é a de procurar criar as condições para que sejam passadas as mesmas. Estão a ser efectuados contactos com os construtores dos prédios em causa a fim de regularizar as situações. Mais de uma centena de licenças já foram emitidas porque os proprietários já legalizaram as situações. Pensa que até final do ano, esteja tudo resolvido. -----

----- Quanto ao projecto "Prevenir o Futuro" considera-o um enorme sucesso. Mais de vinte

sanjoanenses que estavam na mais completa dependência de drogas, casos dados como perdidos, há mais de um ano que não o fazem. "É para mim o melhor indicador!" Todos eles estão empregados, inseridos na família e com acompanhamento social. Refere a sua preocupação com a chegada relativamente maciça de indivíduos que foram presos por crimes associados à toxicodependência sendo de prever que a maior parte deles continuem a ser toxicodependentes. Assinala os contactos que estão a ser efectuados com as instituições que a nível nacional tratam destes assuntos para procurar garantir a continuidade deste projecto, na medida em que o pioneirismo que se teve em S. João da Madeira e que consistiu numa forma de financiamento deste programa que assenta no Mecenato Social, é uma forma louvável mas não definitiva. Assinala também os contactos que estão a ser efectuados com o Presidente do Instituto da Droga e toxicodependência, Dr. Negrão, com quem foi acertado um procedimento que, embora ainda não assinado por dificuldades várias, foi assumido verbalmente. Alude às várias hipóteses de desenvolvimento: extensão do CAT e candidatura a uma equipa de rua que possa garantir o acompanhamento fora de horas e ainda o acompanhamento das várias instituições da cidade. -----

-----No que se refere aos canídeos esclarece o que está a ser feito: aquisição de equipamento próprio e necessário para se proceder à captura e instalação dos animais; em Junho vão ser iniciadas as obras de ampliação do nosso próprio canil, duplicando as celas existentes e criando um gabinete para instalação de um veterinário. "Enquanto as nossas instalações não estiverem concluídas, vamos utilizar uma parte das jaulas construídas pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis". Na próxima reunião da Associação de Municípios vai ser aprovado o projecto de construção do canil Intermunicipal no aterro sanitário a fim de resolver o problema de todos os municípios.-----

-----Quanto ao protocolo com a ADS, diz que "os protocolos assinados com todos os clubes desportivos da cidade, são um ponto alto de orgulho desta Câmara Municipal, com critérios que são conhecidos e iguais para todos. A elencação destes critérios permite a cada associação saber o que recebem e o que tem de ser feito se quiserem receber mais". Esclarece ainda que o protocolo com a Sanjoanense está feito à semelhança com os demais, com a diferença de que a sanjoanense tem um conjunto grande de modalidades, e no mesmo protocolo diz qual o montante distribuído por cada modalidade, por camadas de formação e para escalão sénior.

Igualmente esclarece o teor do contrato e obrigação na prestação de contas. Finalizando diz que: "na hipótese de uma suspeita fundada de que a Sanjoanense não esteja a cumprir o protocolo, a Câmara terá toda a razão de interpelar a Sanjoanense e procurar apurar a verdade". -----

----Nas questões levantadas sobre o IMI, recorda a posição tomada sobre esta matéria. Foi enviado a todos os municípios uma simulação feita no Ministério das Finanças. No caso de S. João da Madeira, mesmo com a taxa máxima, a receita final do IMI seria inferior à receita da contribuição autárquica no modelo anterior. Diz estar convencido que ninguém hoje sabe dizer qual o montante que cada município vai receber, por ser completamente impossível "Não excluo que a receita do IMI de 2004 seja superior à Contribuição Autárquica de 2003". -----

----Dá conta do compromisso que assumiu com os moradores dos prédios "cinzentos" na Rua Manuel Luís Leite Júnior. "Os quatro blocos são propriedade privada adquirida por intermediação da Câmara Municipal, levando os proprietários a pensar estarem a comprar casas normalmente construídas, quando as mesmas eram extremamente deficientes. Eles sentem-se enganados pela Câmara e não pelo construtor com quem nunca falaram". Entendeu que a Câmara teria responsabilidades no plano moral e na altura disse aos moradores que havia um programa governamental (SOLAR) que apoiava os proprietários de prédios degradados que os quisessem beneficiar com a atribuição de um financiamento a fundo perdido e uma bonificação de taxa de juro para os senhorios que quisessem pedir dinheiro para as obras. Disse-lhes que a Câmara os ajudaria a fazer a candidatura ao referido programa. O que aconteceu é que o Governo suspendeu o referido programa. Dos contactos que tem vindo a efectuar com o Governo, sabe que este tem preparado um diploma de criação de outro programa que prevê incentivos financeiros para os proprietários que queiram melhorar os seus prédios. Refere ainda que a Câmara Municipal substituiu-se aos proprietários e organizou um concurso já aberto, com caderno de encargos organizado pelo Professor Catedrático Vítor Abrantes da Faculdade de Engenharia do Porto, e com consulta a vários empreiteiros especialistas em reabilitação. Algumas soluções apresentadas são razoáveis, e estão prontas a ser adjudicadas quando houver o enquadramento financeiro. A perspectiva será de que a Câmara Municipal intervenha no apoio a parte do custo, a somar à que o Estado der, havendo outra parte que será suportada pelos proprietários. Estão em fase de constituição de condomínios e logo que haja solução legal

poderemos avançar na ajuda aos moradores com o apoio técnico da Câmara.-----

-----Na questão apresentada pelo Membro Amílcar Bastos, e sendo o ruído da competência da Câmara Municipal o mesmo tem de ser medido. Para esta medição, tem de ser feita uma caução de cem contos, que será devolvida só se o utente tiver razão. Tendo razão, a Câmara aplicará as sanções previstas consoante o grau da razão da queixa. -----

----Quanto às passadeiras, concorda que é uma situação que não está bem. Os problemas mais prementes têm de ser resolvidos, mas é razoável esperarmos pelo resultado da candidatura que foi feita a fim de beneficiarmos do apoio de 80% dado pelo Ministério da Administração Interna.

-----Regista as intervenções sobre os dejectos animais, a vedação junto ao Banco Borges, bem como a fotocopiadora da Biblioteca.-----

-----Sobre a falta de iluminação, refere que vai tratar com a EDP. Sobre o programa de rede nacional de vilas e cidades com mobilidade para todos, esclarece que a mesma vai abranger somente uma zona central da cidade, imposição do próprio programa. -----

----CELSO MATOS/PS-----

----Pergunta: "Quando fala dos clubes, para além das contas é também exigida a acta da aprovação das mesmas e a eleição dos corpos gerentes"? -----

----PAULO CAVALEIRO/VEREADOR-----

---"Foi já esclarecido pelo Senhor Presidente, um conjunto de coisas que estão definidas no protocolo que não têm carácter legal. Este tipo de assunto são questões exigidas pela Divisão Financeira e sem isso não é pago. Nunca ninguém pode receber nenhum apoio sem ter essas condições"-----

-----FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----Não havendo mais inscrições deu por encerrado o período de "Antes da Ordem do Dia" Passou-se de imediato ao ponto 2.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----Refere que sendo a Ordem do Dia bastante extensa, a pedido da Câmara Municipal foi solicitada a antecipação do ponto 2.8. para o início da Sessão. Dada a urgência do mesmo e porque o assunto nele relacionado será apresentado na reunião Intermunicipal que vai ser realizada ainda esta semana, seria necessário e conveniente que este documento fosse se

possível discutido hoje. Informa também que este texto tem toda a conveniência de ser aprovado (ou não) na íntegra, sem introdução de alterações pontuais, uma vez que este documento já foi aprovado em todos os municípios intervenientes e com o objectivo de que os seus estatutos não colidam com a nova legislação das áreas metropolitanas e do novo tipo de agrupamento de municípios. Põe à consideração do Plenário a alteração da Ordem de Trabalhos. Não havendo oposição à mesma, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

-----CASTRO ALMEIDA/PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----

-----Faz uma apresentação sucinta do documento da Associação de Municípios, esclarece que a área geográfica é a mesma do Agrupamento de concelhos de Entre Douro e Vouga e assinala que os cinco concelhos englobados estão a tomar posições diferentes quanto à próxima participação numa nova estrutura a constituir e que será a das Áreas Metropolitanas. Esclarece ainda que nos termos da Lei foram agora proibidas as Associações de municípios de fins genéricos, mas não existem limites para a cooperação Intermunicipal, desde que fiquem devidamente identificados quais os pontos da cooperação. A proposta apresentada pela Câmara Municipal cumpre dois objectivos : adapta os estatutos à nova Lei e explicita quais os âmbitos de intervenção objecto da Associação. No restante procurou-se manter os estatutos anteriores. A aprovação destes estatutos significa um voto de confiança no futuro da Associação e da cooperação Intermunicipal na área de Entre Douro e Vouga. -----

-----FERNADO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

----Não havendo inscrições foi posta a votação o ponto 2.8 desta Ordem de Trabalhos. **Aprovada por unanimidade dos presentes, com 19 votos a favor.** Encontravam-se ausentes da sala aquando da votação os Membros: Joaquim Mateus do PSD, e Amílcar Bastos do CDS/PP.-----

-----PONTO 2.1-----

-----FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

-----Continuando deu-se início ao ponto 2.1. Para apresentação desta proposta foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, seguindo-se as inscrições para intervenções.-----

-----CASTRO ALMEIDA/PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----

-----Referindo que este é um momento nobre da democracia quando o órgão executivo presta contas ao órgão deliberativo e de fiscalização, salienta ser esta a primeira vez que a Câmara

Municipal apresenta à Assembleia Municipal as contas do exercício de acordo com o plano oficial de contabilidade das Autarquias Locais e refere que hoje as contas da Câmara são mais transparentes que no passado, dada a exigência deste novo Plano de Contabilidade.-----

-----Menciona a sobrecarga da dívida e o montante pago por cada dia dessa dívida (mil e duzentos contos), impedindo que esse dinheiro seja usado em novas obras e melhorias. Graças ao reforço dos fundos comunitários e do Governo foi possível aumentar o investimento relativamente a 2002 e diminuir a dívida, embora as transferências não fossem tantas como as que pretendia. Salaria as quebras: na Sisa, na Derrama e nos loteamentos e obras (receitas associadas a fenómenos imobiliários na construção). Salaria que a execução do ano de 2003 apresenta uma taxa que no plano financeiro é da ordem dos 60% apenas, embora no plano de execução física seja de cerca de 80%, deixando claro não se dar por satisfeito com estas taxas de execução. Frisa que na execução do Plano foi usado dos melhores princípios que a Administração Pública pode ter. -----

----Quanto à intervenção no Parque Escolar, refere a obra na Escola João da Silva Correia, a entrada em funcionamento das bibliotecas escolares e o financiamento aprovado para as obras na Escola Serafim Leite. Lembra ser este ano o mais forte com o lançamento de um conjunto de empreitadas nesta matéria salientando as quatro de maior vulto: Escola de Carquejido, Espadanal, Fundo de Vila e Pré primária de Casaldelo. Haverá ainda obras nas escolas do Parrinho e Fontainhas embora de menor vulto.-----

----Salaria ter sido um ano em grande em diversas áreas. Na área Desportiva, Habitacional, Social, na Cultura e Património, no Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, nas Tecnologias e ainda na animação da cidade. Refere também o programa de Entre Douro e Vouga Digital, a valorização dos Espaços Públicos, o lançamento e adjudicação da obra de regularização do leito do Rio, as acções feitas e as que pretende ainda fazer no mesmo. Finalizando, assinala o que considera de mais importante em 2003, a decisão do Conselho de Ministros para a construção das duas novas auto-estradas.-----

----FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

----Propõe um intervalo nos termos regimentais.-----

----Após o mesmo, foram retomados os trabalhos. Aceites inscrições para intervenções.-----

----FÁTIMA GUIMARÃES/CDU-----

-----Relativamente ao documento da prestação de contas de 2003, diz faltar a numeração de páginas, o que facilitaria muito, e faz as seguintes apreciações: Sobre a despoluição do Rio, referida como obra estruturante, é dada como comprovada nas análises efectuadas à água que a sua qualidade é praticamente igual à entrada e saída da cidade, isto é, que a cidade não polui o Rio. Diz que gostaria de ter acesso aos resultados dessas análises. Por que a despoluição do Rio é um assunto que a CDU há muito reclama e aguarda que o Senhor Presidente da Câmara, logo que tenha os resultados, lhos faculte.-----

-----Refere não estar de acordo com a qualificação que foi considerada estruturante para a cidade, do início de dois Planos de Pormenor: Avenida Dr. Renato Araújo – Sul e Corgas – Norte. Considera que a cidade continua a ser urbanizada ou sem Planos de Pormenor, ou com Planos de Pormenor dispersos, sem articulação e sem visão de conjunto, continuando a ocupar-se e a reocupar-se o solo de forma avulsa e a gosto de interesses. Assinala a Encosta do Espadanal, área bem mais importante do que as já citadas, sem qualquer Plano de Pormenor. E pergunta: Como vai ser com a parte sul do cemitério número três? E com Casaldelo? E com Fundões? Diz ainda que “não há Plano de Urbanização e deliberadamente comete-se a ilegalidade de não promover a revisão do PDM que poderia ser um momento interessante para introduzir correcções ao futuro urbanístico da cidade”.-----

-----Referindo-se aos eventos como: a Volta a Portugal, Campeonato de Andebol e Taça UEFA em Futsal, diz que solicitou a informação sobre os valores despendidos com esses eventos, mas que não os recebeu.-----

-----Aludindo ao colóquio “S. João da Madeira numa Área Metropolitana” pergunta quais as suas vantagens e com que parcerias. Considera deselegante o facto de a ilustração apresentada ter a fotografia do Professor Valente de Oliveira e ter omitido a Professora Elisa Ferreira, que teve também um desempenho importante no mesmo.-----

-----Relativamente às contas, a análise à demonstração assinala um resultado negativo de quase quatro milhões de euros. Comenta: “se a Câmara Municipal fosse uma empresa e acusasse repetidamente o prejuízo verificado em 2003, ao fim de alguns anos estaria na falência”-----

---Aponta a crítica da CDU pelo empolamento do orçamento para 2003 e assinala que nas receitas de capital previstas, o arrecadado não atingiu os 34%, e o total da receita nem sequer chegou aos 60%.-----

----Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos diz que teve uma triste execução de 29%. Foi previsto um investimento que não correspondeu ao executado. Sobre o Plano de Actividades Municipal refere que teve uma execução menos má que o Plano Plurianual de Investimentos mas fica-se pelo 72%. "A Câmara Municipal em 2003 apenas executou no global 38% do planeado, podendo-se concluir que a Câmara é má a executar aquilo que planeia"-----

----Em relação à dívida, salienta que quando em 2002 a CDU esteve contra o pedido de empréstimo para saneamento financeiro, estava longe de pensar que em menos de dois anos, as razões que na altura lhe assistiu seriam já tão evidentes. E esclarece: A Câmara Municipal solicitava autorização para contrair um empréstimo para diluir a dívida a curto prazo no longo prazo, e após dois anos passados, aumentou brutalmente a dívida deixada pelo anterior executivo. A dívida a curto prazo cresceu de 2002 para 2003 seis vezes, o que considera perigoso.-----

----Sobre a dívida total que engloba Bancos, EDP, Dividas a terceiros e Curto prazo, de 2002 para 2003 cresceu 13,5% pergunta: Isto não é má gestão?-----

----Referindo-se aos custos com o Pessoal, salienta que os mesmos de 2002 para 2003 cresceram 20%. "Se na função pública apenas os trabalhadores com baixíssimos salários tiveram uma pequeníssima reposição salarial, como se justifica este considerável aumento nos gastos com pessoal? Ou nos esclarece, ou ficamos com a convicção reforçada que a sua, não tem sido uma boa gestão dos recursos do município".-----

----HELDER SOARES/ CDS/PP-----

----Começa por dizer que para o CDS/PP, as opções orçamentais do Executivo assim como a sua execução, afectam directamente todos os Sanjoanenses, e aos próprios, como parte activa e integrante duma oposição construtiva e atenta. Refere que na análise efectuada à prestação de contas do ano de 2003, se fica com a certeza que as mesmas transmitem a inexactidão dos números. Na apresentação do Orçamento de 2003 foram salientadas um conjunto de opções de investimento como marcas de futuro desta Câmara Municipal, que ao serem analisadas não corresponderam às expectativas criadas. Em contrapartida, os valores orçamentados para 2003 na aquisição de serviços foram amplamente executados de acordo com o orçamento. As receitas correntes orçamentadas atingiram na sua execução valores dentro dos orçamentos mas, por outro lado, as receitas de capital ficaram, em verbas fundamentais, para o CDS/PP muito

aquém dos valores orçamentados. Diz ainda ser prudente por parte da Câmara Municipal um esforço traduzido em números, de equilíbrio financeiro. As expectativas criadas na apresentação do orçamento de 2003, saíram frustradas na sua efectivação e não pronunciam nada de bom, se a contenção não imperar em 2004 nas despesas de aquisição de serviços. Finalizando, assinala que as rubricas de receita de capital não foram alcançadas em 2003 e parece que em 2004 vão seguir o mesmo caminho.-----

-----AMILCAR BASTOS/CDS/PP-----

-----Referindo que não esteve presente na discussão do orçamento de 2003, assinala que o que valerá na apreciação destas contas será o conjunto das diversas intervenções. Assim, faz notar que a Câmara evidenciou uma grande capacidade de execução nas rubricas "despesas com o pessoal, horas extraordinárias, bem como nas deslocações e estadias", considerando serem números demasiados elevados para deixar passar em claro. Igualmente considerada exagerada a rubrica "publicidade". Analisando a execução orçamental encontram-se números bem mais modestos. Aponta que pelo Senhor Presidente da Câmara foi propalado como sendo um dos objectivos principais a Educação, constata que o que vê é muita preocupação com as pessoas. Regista um número nos custos com o pessoal, dois milhões de euros. Mais de 50% desta verba, a mais, (pessoal a termo à tarefa e horas extraordinárias). Acha deveras preocupante a complementaridade destes números. Terminando faz votos para que nas contas de 2004 possa desenvolver uma análise mais completa e registar com agrado que esta evolução sofreu uma inflexão pela positiva.-----

-----CIRILO MOURA/CDS/PP-----

-----Começa por referir a boa apresentação do documento em análise, embora a falta sentida de numeração nas páginas facultasse mais uma boa consulta.-----

-----Refere o seu desacordo quando se disse que "este documento não é comparável aos outros". Passando às despesas correntes, aponta todas as diferenças existentes e a taxa correspondente a cada uma. Assinala as inflações destes resultados em percentagens, comparando com os anos anteriores, nas despesas com o pessoal e aquisições de bens e serviços. Outra análise que extraiu destas duas rubricas, é que mesmo sem as amortizações (que habitualmente não apareciam), a receita corrente foi utilizada em cerca de 82%, o que quer dizer que só ficou 18% para outros gastos. "Assim não poderá haver investimentos".

Considera a amortização da dívida um custo contabilístico, "e será um custo financeiro porque a reposição das coisas a seu tempo terá de ser feita". Assinala que em 2001 e em anos anteriores a despesa corrente total correspondia apenas a 72% da receita, e o que sobrava era gasto em novos equipamentos ou infra estruturas necessárias para a cidade. Refere a sua preocupação e até aflição, esclarecendo que o balanço apresentado demonstra uma situação passiva de quatro milhões de contos, tendo como disponibilidade imediata pouco mais de duzentos mil contos, considerando já algumas verbas do activo embora bastante comprometidas por não ser fácil a sua cobrança. "Mesmo com o maior espírito de colaboração e com todo o bairrismo, coisa que nos últimos anos não aconteceu, não me satisfaz tal situação. Mesmo assim, optamos por aconselharmos ou colaborarmos com a gestão camarária no sentido de pensarem na inversão de marcha, mas que teria de ser imediata, de forma a que haja contenção de gastos em todos os sectores, porque de outro modo estou convencido que a curto prazo poderemos ter um colapso financeiro". Finaliza apelando ao Senhor Presidente da Câmara que "estabeleça contacto com os responsáveis financeiros de forma a que não ultrapassem as verbas às quais a Câmara tem capacidade de resposta, mas que nunca em qualquer situação, possam ultrapassar as receitas correntes que são garantidas e que facilmente são encontradas".-----

----CELSO MATOS/PS-----

----"Face ao adiantado da hora, requeiro que esta Sessão seja suspensa e a continuar em data oportuna".-----

----FERNANDO PORTAL/ PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

----Dado o tempo regimental se encontrar esgotado, o Senhor Presidente coloca à consideração do Plenário a aceitação da continuação dos trabalhos e a continuidade da Sessão em segunda reunião a efectuar no dia três do próximo mês de Maio. Aceite por unanimidade-----

-----**2ª REUNIÃO REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2004.**-----

----LOCAL DA SESSÃO: Sala de Sessões da Assembleia Municipal-----

----INICIO DA SESSÃO: 21 Horas e 45 minutos-----

----ENCERRAMENTO DA SESSÃO: 1 Hora.-----

----PRESIDIU: Fernando Neves Portal e Silva-----

-----PRIMEIRO SECRETÁRIO: Cesário Alves Correia-----

-----SEGUNDO SECRETÁRIO: Lília Cristina Soares Laranjeira-----

-----MEMBROS PRESENTES-----

-----PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA-----

----Fernando Neves Portal e Silva, José de Oliveira Bastos, Carlos Alberto Barbosa Ribas, Germano de Sá Oliveira, Carlos Tavares Fernandes, Cesário Alves Correia, Paulo Jorge Guimarães Ferreira, Bernardo Freitas Lemos de Azevedo, Lília Cristina Soares Laranjeira, Ana Rita Silva e Sousa e João Alberto Queirós da Silva (Secretário da Junta de Freguesia)..-----

----PARTIDO SOCIALISTA:-----

----Jorge Vultos Sequeira, António Nogueira Valente Pires, Filomena Maria Carvalho Sousa e António Celso de Matos.-----

----CDS/PARTIDO POPULAR:-----

----Helder Constantino Lopes Soares, Fernando Nunes Andrade, Amílcar Gomes de Bastos, Cirilo da Costa Moura e Manuel Luís de Almeida.-----

----COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA-----

----Maria de Fátima Neves Guimarães.-----

----MEMBROS PRESENTES DA CÂMARA MUNICIPAL-----

----PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, Manuel Castro Almeida-----

----VEREADORES: Rui Manuel Oliveira Costa(PSD), Maria de Fátima P. Moreira Santos Roldão(PSD), Jorge Manuel Teixeira Lopes da Silva(CDS/PP) e Josias Gil de Amorim Teixeira da Costa(PS).-----

----FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

----Antes de serem retomados os trabalhos o Senhor Presidente saudou todos os presentes. Comunicou o pedido de prorrogação de prazo da suspensão de mandato do Membro desta Assembleia Municipal, Luís Fernando da Cunha Monteiro/CDS/PP, por mais um período de trinta dias, com base na alínea c) do art.º 77º da Lei n.º 169/99 de 19 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro. Para cumprimento do n.º 5 do art.º 77º da referida Lei, o Plenário do Órgão pode autorizar a alteração do prazo pelo qual inicialmente foi concedida a suspensão, até ao limite estabelecido por Lei.-----

----Pergunta à Assembleia se alguém se opõe a este pedido e, não havendo oposição, foi o

mesmo aceite por unanimidade. Assim, por imperativo do nº1 do art.º 77º do mesmo diploma, a vaga irá ser preenchida pelo Membro seguinte da Lista, Helder Constantino Lopes Soares, que foi convocado para sua substituição, nos termos do n.º 7 do art.º 77º e enquanto durar a suspensão de mandato requerida pelo Membro efectivo.-----

---Cumpridos os trâmites legais, a Mesa reconheceu a legitimidade e identidade do candidato que passará a fazer parte dos trabalhos, nos termos do n.º 4 do art.º 76 da legislação em vigor.-----

---Comunicou de seguida o pedido de justificação de falta do Presidente da Junta de Freguesia, Joaquim da Costa Mateus, que se fará representar pelo Secretário João Alberto Queirós da Silva.-----

---Seguidamente lê um convite da Assembleia da República, da Comissão de Poder Local e Ordenamento do Território e Ambiente, Sub Comissão para a Descentralização, dirigido aos Autarcas para assistirem ao colóquio que se realiza no Governo Civil do Porto, no dia 10 de Maio. Informa que o mesmo se encontra ao dispor de todos os Membros no Secretariado desta Assembleia.-----

----Na sequência dos trabalhos que ficaram suspensos da reunião anterior, ponto 2.1. foi dada a palavra ao Membro que se encontrava inscrito.-----

----JORGE SEQUEIRA/PS-----

----Referindo-se ao Relatório de Actividades que comporta uma lista exhaustiva de actividades e eventos diz ser bom e normal que assim seja, uma vez que a Câmara tem recursos ao seu dispor e deve executá-los e cumprir as suas obrigações. Refere que o Relatório de Actividades é pontuado por alguns estrangulamentos que surgem do ano de 2002 que são preocupantes. Muito embora o PS tenha vindo a insistir e apresentando algumas acções e iniciativas apelando à criatividade da Câmara Municipal, realça o facto de não haver nenhuma notícia neste relatório de que a Câmara Municipal tenha desenvolvido alguma actividade ligada à promoção de actividade económica e empresarial, que está sob ameaça, sendo urgente a tomada de medidas neste domínio.-----

----No que se refere à Cultura também não consta do relatório a tomada de nenhuma medida para a recuperação do Cine Teatro Imperador, a criação de uma Academia de Artes e a Casa Municipal da Juventude, frisando tratar-se de um incumprimento de uma promessa eleitoral.----

----Em matéria de revisão da Rede Viária também não há notícia no Relatório, de que o Plano para o estudo da mesma "saia da gaveta" É urgente e forçoso que a Câmara tome uma medida enérgica para corrigir muitas das situações que o próprio PSD enquanto era oposição exigia que fossem corrigidas.-----

----Considera que em matéria de Planeamento Urbanístico, o balanço de 2003 é confrangedor. Embora tenham sido adjudicados dois Planos de Pormenor, a revisão do PDM e o Plano de Urbanização não avançaram. Assinala que o PS não gostaria que no final deste mandato do PSD apenas entrassem em vigor dois Planos de Pormenor, ficando a restante parte do território municipal sob a tutela de um Plano Director Municipal que é caracterizado pelos especialistas como um Plano desactualizado. Se assim for o PS terá que dizer que neste aspecto nevrálgico e essencial da gestão da cidade o balanço da actuação do PSD seria bastante negro.-----

----Sobre os espaços verdes refere que também não há notícia de que em 2003, medidas significativas tenham sido tomadas. Assinala que quem participa na Agenda 21 Local, pode constatar como os cidadãos exigem e reclamam uma melhoria qualitativa dos espaços verdes. -

----Assim, o balanço feito pelo PS do relatório de Actividades, é de alguma frustração.-----

----Passando à análise do balanço e demonstração de resultados, salienta os seguintes pontos: O dado que ressalta dos documentos de prestação de contas é de que se encerrou o ano de 2003 com um resultado líquido de exercício negativo. Importa equacionar um ponto: "Refere-se aqui que isso se fica a dever às amortizações e isto coloca a questão de saber se a Câmara Municipal, no futuro, desejando um orçamento equilibrado, vai sacrificar despesa para repor o activo que se vai depreciar". Por outro lado, e relativamente ao passivo do município, estes documentos evidenciam um dado preocupante, sendo que 74% deste passivo é dívida a Bancos e EDP, portanto dívida estabilizada. O demais corresponde a dívida a fornecedores e credores, ou seja, de acordo com os elementos fornecidos a Câmara Municipal encerrou o ano de 2003 com cerca de um milhão de contos de dívida. Assinala ser importante que esta dívida seja devidamente caracterizada e explicada nesta Assembleia Municipal, porque, no início deste mandato foi contraído um empréstimo para saneamento financeiro e esse empréstimo está contabilizado nos 74% a que aludiu, significando que este milhão de contos corresponde a dívida que foi gerada durante o ano. Por outro lado resulta destas contas que ocorreu um agravamento com os custos do pessoal na ordem dos 20%, tendo esses custos aumentado em

2003 cerca de novecentos mil euros. É importante que se explique a razão de ser deste aumento significativo, para que se perceba se há descontrolo na gestão e admissão de pessoal, ou se este aumento é produtivo para o município e os cidadãos.-----

----Constata igualmente que o orçamento de 2003 era claramente inflacionado. Isso resulta das insuficientes taxas de execução, designadamente das taxas reduzidas de execução da receita, quer no que diz respeito às receitas de capital que se ficou por 58%, quer no que diz respeito à execução de outras receitas, designadamente algumas taxas do município (mercados, feiras e ocupação da via pública) que são taxas francamente baixas relativamente ao previsto. -----

----Outro dado que considera preocupante e que resulta dos documentos de prestação de contas, está relacionado com o facto do Estado não honrar atempadamente os compromissos que tem com os Sanjoanenses designadamente: Protocolo com a DGAL, DREN, PIDACC, Informatização para a Biblioteca e outras. Salaria ser necessário chamar a atenção do Governo para que honre os compromissos assumidos para com esta cidade e transfira atempadamente as verbas a que se comprometeu. -----

----OLIVEIRA BASTOS/PSD-----

----Exprime a sua admiração pelo Senhor Presidente da Câmara e alude às dificuldades porque o mesmo passa, referindo que o relatório de contas e de actividades espelham essa sua "cruz" e a prova de que o Senhor Presidente já está no Purgatório e que é a oposição que está a fugir dessa sua "cruz" que é o relatório de actividades e as contas. Passa de seguida a apreciar intervenções anteriores sublinhando que alguns Membros respigaram algumas rubricas desse relatório para falar sobre elas e dar a entender, segundo a sua interpretação, que o sentido do todo seria o sentido da parte. À intervenção de um Membro que teria sido do PSD e passou a apoiar o Presidente anterior, responde que ele se esqueceu de uma coisa, é que o PSD prometeu aquando da campanha eleitoral que a cidade ia deixar de ser a "cidade do trabalho" e ia passar a ser a "cidade do Trabalho e da Qualidade de Vida" Para que isso aconteça é preciso fazer algo mais do que fazia a Câmara anterior. O PSD aconselhou e apoiou a Câmara no que diz respeito a aumento de pessoal e designadamente nos serviços técnicos onde há mais pessoal especializado, mas daí resultaram projectos mais baratos. Outro aspecto a considerar, e onde não se via trabalho era no aspecto social, tendo-se aumentado mais assistentes sociais, começou assim a ver-se trabalho significativo nessa área e por isso também a qualidade de vida

dos sanjoanenses. Outro aspecto foi o aumento dos jardineiros e serviços de limpeza, vendo-se uma cidade mais limpa e asseada. E isso também é qualidade de vida. E também temos de aumentar mais pessoal como calceteiros, pois os munícipes andam a reclamar dos passeios com covas abauladas, ruas centrais sem passeios, pessoas a escorregar em pisos irregulares e o Senhor Presidente da Câmara quer resolver esse assunto o mais rápido possível para aumentar a segurança e qualidade de vida, não é por falta de dinheiro mas sim de calceteiros.-----

--- "Quanto à publicidade o Senhor Deputado esqueceu-se que no último mandato do anterior executivo de uma assentada e para que houvesse publicidade o executivo de então, Senhor Manuel Cambra, gastou cerca de vinte mil contos em out-dors. Também foi afirmado que a dívida aumentou! Pelos dados que tenho, a dívida a médio e longo prazo foi reduzida à média de mil cento sessenta e um contos por dia útil; a de curto prazo, é de cerca de setecentos e três cento cinquenta e oito mil contos, o que significa que aparentemente é maior só que na verdade isso não acontece". Refere que a Câmara está à vontade porque há recibos de obras feitas que já foram debitados e para os quais há cobertura garantida através de transferências de determinadas entidades públicas. Só que essas transferências ainda não se verificaram, embora não saiba quais as razões, provavelmente por dificuldades económicas resultantes da situação actual e difícil que o País atravessa. Conclui que a dívida se mantém mais ou menos ao mesmo nível da do ano passado, nível que se vai verificar todos os anos porque corresponde a cerca de três meses de funcionamento da Câmara Municipal.-----

----Reportando-se ainda aos custos do pessoal, diz que a massa salarial dos funcionários públicos cresceu em 2002 cerca de 7%. "Se expurgarmos o peso resultante do pessoal que entrou para os lugares já referidos, o peso global seria na ordem dos 23,5%, o que significa um aumento na ordem dos 5,5% e assim se vê qual foi o peso no aumento de custos do pessoal". Referindo estar-se muito abaixo do que a Lei permite, assinala a dívida que foi herdada do anterior executivo. -----

---Cita a construção da Escola Nacional para formação de Inspectores, aponta o financiamento que foi hoje anunciado pelo Senhor Presidente da Câmara para fazer um Centro Disciplinar Inter Activo na Escola Serafim Leite e ainda o novo Centro de Saúde, que dos cento e vinte mil contos que deveriam ser pagos por esta Câmara passaram para a responsabilidade do Ministério da Saúde. -----

-----FÁTIMA GUIMARÃES/CDU-----

----Protesto: "Não gosto nada que digam que eu disse ou que não disse. Não disse que queria na ilustração da fotografia que tirassem o Professor Valente de Oliveira e pusessem a Professora Elisa Ferreira. O que sugeri foi que se os dois tinham sido convidados e o desempenho de um não foi melhor que o do outro, deveriam estar os dois na fotografia, e considere a atitude deselegante. Evidente que foi um reparo, bem como o que referi sobre a paginação. De facto, o Senhor Oliveira Bastos não entendeu o fundamental da minha intervenção". -----

-----CIRILO MOURA/CDS/PP-----

----Aborda a intervenção do Membro Oliveira Bastos, como sendo de "uns figurinos agradáveis" que fazem uma belíssima disposição a toda a Assembleia, mas que em termos práticos e concretos nada nos trazem de novo. "Apenas se referiu a Planos de Actividade e Orçamento, quando o ponto que está em discussão é o de prestação de contas". Solicita ao Senhor Presidente da Câmara se esclarece as dúvidas suscitadas pelo comentário que se encontra num dos parágrafos do documento de prestação de contas e que é feito pelo técnico que elaborou o mesmo, relativo "ao passivo na dívida a terceiros a curto prazo".-----

-----FÁTIMA GUIMARÃES/CDU-----

-----2ª Intervenção: Explicando que o motivo da diferença de paginação dos documentos que embora não sendo essencial torna mais fácil a consulta, assinala que se o mesmo fosse paginado se podia ver na página vinte a diferença existente entre o total dos custos e o total dos proveitos, relativamente à execução orçamental. Na página vinte e quatro se poderia ver a diferença nas receitas correntes entre o previsto e o executado. Na página vinte e seis e nas receitas de capital também se poderia verificar a diferença entre o previsto e o executado. E na página vinte e oito, outras receitas, poder-se ia verificar os totais com uma diferença de 59% o que dá um empolamento considerável. Continua referindo as restantes diferenças existentes bem como o total das mesmas; no Plano de Actividades Municipal, Plano Plurianual e dívidas a curto prazo. Para os juros pagos nota que 57% dizem respeito ao empréstimo pedido para o saneamento a curto prazo, nas despesas com o pessoal comparando os custos entre 2002 e 2003 há um aumento de 20,2%. Salienta ainda que constitui 21, 2% de despesas com pessoal contratado, a termo 6%, pessoal em tarefa ou avença 10,7%, horas extraordinárias 4,6%, o que considera exagerado. -----

----AMÍLCAR BASTOS/CDS/PP-----

----Diz apreciar a intervenção do Membro Oliveira Bastos e a forma como defende os pontos de vista da sua bancada. Responde que se referiu mais ao plano do que aos números, assinalando que na mesma teve o cuidado de mencionar que tendo chegado já a meio do ano apenas se limitou a apontar algumas rubricas que lhe pareceram que deveriam merecer análise e ponderação por parte do Executivo. Conforme foi referido pelo Membro antecedente, e é inequívoco, as dívidas aumentaram objectivamente, e os números não enganam. Entende não ter feito uma intervenção cáustica tendo apenas se limitado a referir algumas rubricas que julga merecerem mais atenção e que a sua evolução não deve persistir.-----

----Em relação à parte mais visada pelo Membro Oliveira Bastos relativa à gestão anterior do Presidente Manuel Cambra, diz que "vinte mil contos berrados são muito menos que os cinquenta mil contos aqui expressos" -----

----CASTRO ALMEIDA/PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----

----Presta os seguintes esclarecimentos: Recordando a intervenção do Membro da CDU na última Sessão diz que foi comentada de forma crítica a circunstância de ter apresentado verbalmente o documento que foi enviado por escrito. Esclarece que não vai mudar esse comportamento pelo estrito dever de respeito que tem para com a Assembleia. A Câmara apresenta o documento escrito para prestar contas e vem à Assembleia fazer o debate. É uma regra parlamentar, da oralidade e do debate. "Ou queria a Senhora Deputada que eu viesse ouvir as suas críticas e sair calado? Vim apresentar o documento, ouço as críticas da Assembleia e esclareço o que tenho de esclarecer!" -----

----Deixa também patente o seu pensamento acerca do dever que a Câmara tem de esclarecer as questões colocadas pela Assembleia. "Se os Senhores Deputados entendem que uma determinada questão é digna de ser trazida à Assembleia Municipal, não sou eu que vou julgar que a questão não é digna, e se entendem que o assunto deve ser aqui tratado, eu vou esclarecer com a amplitude que considerar adequada a cada circunstância, esclarecer cabalmente as questões que queiram colocar" -----

----Sobre as questões de fundo, entende ser natural que a maioria ponha em evidência os sucessos e as realizações e que a oposição ponha em evidência as insuficiências de realização. Diz que é bom não esquecer que esta Câmara iniciou o seu percurso numa situação de enorme

desequilíbrio financeiro, lembra o montante da dívida, a sua dimensão, tranquilizando que no final do ano de 2004 a dívida do município será inferior a um ano de receita. Refere ainda que este balanço é único, é o primeiro que se faz e não se compara a nenhum outro porque não havia balanço. Assinala um outro ponto. O empréstimo que se contraiu no início de 2002, não foi para aumentar a dívida mas sim para a transformar de curto prazo em dívida de médio e longo prazo. "Esta Câmara não aumentou a dívida, ela é amortizada todos os meses e estamos a fazer mais investimentos". Lembra que houve no final do ano passado uma acumulação de atrasos de transferências do Estado que tem reflexos nas contas, mas que foram resolvidas no início de 2004. Diz ainda que as facturas de Fevereiro, nas obras de grande volume financeiro, estão pagas. Outra nota que deixa é que os municípios têm agora um regime contabilístico com a mesma lógica do privado, feito na perspectiva de diminuir a carga fiscal. A dívida de curto prazo, nos fornecedores de conta corrente, teve uma diminuição de 2002 para 2003, e a dos fornecedores de imobilizados(empreiteiros) aumentou. Deixa ainda claro que as despesas correntes são inferiores às receitas correntes. -----

----Abordando a questão das despesas com o pessoal, lembra que este foi um assunto já esclarecido aquando da apresentação do Orçamento para 2003. Reitera a explicação dada na altura, acrescentando que o pessoal de sua confiança política é em número inferior ao que a Lei permite. Esclarecendo os motivos do aumento de encargos com pessoal, cita como exemplo a contratação de técnicos para elaboração de projectos, que ao serem feitos na Câmara ficam muito mais baratos e evitam os pagamentos exorbitantes que eram pagos a técnicos de fora, e também a contratação de assistentes sociais para o trabalho que se está a fazer nesta àrea. ----

----Terminando refere que no ano de 2003 se fez muito trabalho. Muito mais ficou para fazer por falta de recursos financeiros. -----

----FÁTIMA GUIMARÃES/CDU-----

----Pedido de esclarecimento: Solicita ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se esclarece que tipo de contrato (ou vínculo) tem a Câmara Municipal com os novos funcionários, mais concretamente com as Assistentes Sociais.-----

----CIRILO MOURTA/CDS/PP-----

----Pedido de esclarecimento: Considera que há divergências nos documentos entregues e assinala que o balanço está mal preenchido. Tendo em conta a receita corrente do ano anterior,

diz verificar um diferencial bastante significativo. Faz um apelo à Câmara Municipal e em especial ao Senhor Presidente no sentido de "a receita corrente ter de ser muito bem gerida e não poder a pretexto algum ser ultrapassada pelo valor das despesas, porque deste modo terá de ir buscar às receitas de capital para fazer a cobertura das despesas correntes". -----

----FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

----Não havendo mais intervenções passou-se à votação do ponto 2.1.-----

----**Votação: Aprovado por maioria** com 11 votos a favor do PSD, 2 votos contra do CDS/PP (Amílcar Bastos e Manuel Luís de Almeida) e 8 abstenções sendo: 3 do CDS/PP (Helder Soares, Cirilo Moura e Fernando Andrade), 4 do PS (os presentes) e 1 da CDU.-----

----FÁTIMA GUIMARÃES/CDU-----

----Declaração de voto: "A CDU não votou contra este documento por não ter dados que a levem a supor que as contas não estão bem elaboradas e que os dados que aí estão não são os correctos. A nossa apreciação à dívida baseia-se no balanço que nos é apresentado e nós partimos do principio que está correctamente elaborado. Daí a nossa não inviabilização das contas".-----

----JORGE SEQUEIRA/PS-----

----Declaração de Voto: "O PS não aprovou o Relatório de Actividades, o Balanço e Demonstração de Resultados, porque algumas das preocupações que aqui manifestámos, ficaram sem resposta. Inumáramos alguns pontos de estrangulamento do ano de 2003 e não houve justificação para essa situação. Por outro lado, não obstante as explicações do Senhor Presidente da Câmara, o que é certo é que há um desequilíbrio entre as despesas correntes e as de capital que em termos de gestão nos deve preocupar e chamar definitivamente a atenção. Por estas razões e por todas que enunciei não foi possível que o PS votasse favoravelmente".---

----Terminado o ponto 2.1. passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

-----PONTO 2.2-----

----FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLA MUNICIPAL-----

----Continuando, deu-se início ao ponto 2.2. Para apresentação deste ponto foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e aceites inscrições para intervenções.-----

----CASTRO ALMEIDA/PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----

----Faz uma breve apresentação do Inventário e Património, salientando que considera que o

valor atribuído ao Património Imobiliário está subavaliado. Se a Câmara vender património nesta época, será abaixo do que está inventariado e vai aparecer uma menos valia. A alternativa seria refazer as coisas e não ter um inventário nem valor nem descrição. -----

----FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

---Não havendo intervenções e não sendo este um ponto a votar passou-se para o ponto seguinte.-----

-----**PONTO 2.3.**-----

----FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

---Para apresentação deste ponto foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara-----

---CASTRO ALMEIDA/PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

----Esclarece que o que está em causa é a inscrição no Plano de Actividades de três obras que não estavam previstas e o cumprimento da Lei. A primeira, para permitir fazer-se a obra projectada da Escola Nacional de Estudos da Inspeção de Trabalho, no antigo Centro de Saúde, e que não estava prevista no Plano de Actividades e que será financiada em 75% pelo Ministério de Trabalho. Clarifica ainda que a obra já foi iniciada porque uma das exigências feitas seria a Escola entrar em funcionamento em Setembro, mas a adjudicação da obra só será feita após aprovação em Assembleia. A outra obra será a dos arranjos exteriores do Centro de Saúde, que será financiada pela Administração Regional de Saúde em quarenta mil contos. Finalmente a terceira obra refere-se aos arranjos no Palácio da Justiça para o qual foi feito um acordo com o Ministério da Justiça no sentido de nos substituímos ao Ministério e fazemos nós os arranjos exteriores ao Tribunal mediante o pagamento de 100% do valor calculado para obras e expropriações.-----

----FÁTIMA GUIMARÃES/CDU-----

---Faz as seguintes observações: "Constata com este pedido de revisão, que não é preciso estar tudo no Plano. Reafirma que lá só deve estar o que se entende susceptível de ser realizado e que eventuais projectos que surjam como aconselháveis e não previstos contam sempre com o recurso à figura de Revisão Orçamental, não sendo por isso justificável que se empolem os orçamentos".-----

-----Outra nota será para a Escola Nacional de Estudos e Formação da Inspeção do Trabalho, no antigo edifício do Centro de Saúde. Pensa a CDU que ao contrário do que refere a informação

que recebeu, as obras já começaram. "Como no anterior executivo, começam-se as obras e depois vê-se". Deixa o alerta, no sentido de verificar se a empresa cumpre a Lei no pagamento de horas que estão a ser efectuadas ao sábado, senão não faria sentido. "Não estamos a ver que uma escola que vai servir para formar inspectores de trabalho comece por não cumprir este preceito". Espera que o Senhor Presidente da Câmara justifique a pressa pois horários de trabalho destes encarecem bastante a obra. -----

----CARLOS RIBAS/PDS-----

----Protesto: "Foi aqui explanado pelo Senhor Presidente da Câmara, de forma clara e transparente que as obras que estavam a decorrer eram obras de retirada do telhado que ameaçavam ruir. Uma obra de conservação ou precaução para um perigo eminente num edifício de património municipal não carece nem de alteração de Plano nem de alteração do Orçamento" (Chama a atenção para a interrupção do Membro da CDU e pede que se mantenha o silêncio). "A Câmara Municipal não tem na sua prática, nenhum denominador comum em relação às práticas políticas da Câmara antecedente. Creio que esta questão nem deveria ter merecido qualquer reparo, mas antes um aplauso de congratulação e reconhecimento pelo trabalho, certamente até de antecipação a outros municípios, para que esta Escola viesse para S. João da Madeira. Considero falta de paixão e amor sanjoanense à nossa cidade, a posição que a CDU trouxe aqui ao suscitar esta questão". -----

---CELSO MATOS/PS-----

---"Relativamente à questão do antigo Posto de Saúde, o Senhor Presidente falou que a questão foi somente "desmontar o telhado". Até aqui estou de acordo. Mas para além da desmontagem do telhado, e após a sua remoção as obras foram continuando (reboco e consolidação de paredes e outras) e jamais pararam". -----

----OLIVEIRA BASTOS/PSD-----

----Refere que a recuperação do edifício é para instalar uma escola que vai ser nacional. "É estranho que sendo uma escola nacional, não tenha sido instalada no Porto ou em Lisboa. Como é estranho que o Presidente da Câmara de Aveiro não tenha conseguido que ela lá fosse instalada tendo-se até lamentado publicamente desse facto. Mesmo assim, apesar desta mais valia para S. João da Madeira, ela não compensa a perda do Pólo Universitário de Aveiro, perdido graças ao mau empenho da Câmara anterior". Assinala que para além de formar

inspectores de trabalho em pós graduação, também irá dar formação a nível nacional de agentes de higiene e segurança no trabalho. E considera que, apesar disso tudo, a oposição prefere entrar em politiquices, e ficar incomodada porque a Câmara, dentro das suas competências, tem resolvido de forma directa fazer algumas obras, que respeitam a segurança e beneficiam um edifício que é público. Saúda esta Câmara pela seriedade, transparência e pelo respeito por esta Assembleia. -----

----FÁTIMA GUIMARÃES/CDU-----

----Assinala que faz parte do Regimento da Assembleia Municipal e não são consideradas interrupções "as vozes de concordância, discordância ou análogas" (art.º 31º). Pergunta: "O que não perceberam? Que estou contra a Escola? Contra o aproveitar o edifício"? Lembra que por diversas vezes alertou a Câmara no sentido da necessidade de recuperação do mesmo e pede que não especulem. Assinala que não é difícil perceber o que disse: o método e os argumentos eram os mesmos do anterior executivo, a pressa, os prazos, o processo! "Se o Dr. Carlos Ribas não se mete com as pessoas, não tem de facto mais nada para fazer nesta Assembleia". -----

----CELSO MATOS/PS-----

----"É evidente que há que elogiar o facto da Câmara trazer mais este melhoramento para S. João da Madeira. Quando falei, foi na tentativa de esclarecer que não era só a obra do telhado referida pelo Senhor Presidente da Câmara, mas sim as obras que prosseguiram normalmente (abertura de portas, etc.). Não está em causa a obra. Venha ela, rapidamente e em força"-----

----CARLOS RIBAS/PSD-----

---Protesta contra a forma deselegante, oca, absolutamente despida de sentido e de conteúdo, da Senhora representante da CDU. De forma absolutamente impertinente e despropositada, está constantemente a sussurrar, perturbando os oradores e impedindo a normal condução das intervenções. Pede os bons ofícios da Mesa, porque já não consegue sensibilizar o Membro da CDU. "Há uma coisa a que nunca ficarei calado nesta Assembleia. Nunca permitirei que nos venham confundir com o passado. As práticas políticas agora são outras, a transparência é outra as promessas são outras o discurso é outro. Creio que o Senhor Presidente da Câmara quase que se esqueceu do anterior Presidente da Câmara. Tentou olhar o horizonte, o futuro, projectar e concretizar o seu programa eleitoral. Mas há aqui alguém extremamente saudoso,

que a propósito de tudo e nada, está a chamar permanentemente à coacção a Câmara anterior”-----

---OLIVEIRA BASTOS/PSD-----

---Protesto: “Apenas quero dizer à Senhora Deputada da CDU que sempre procuro ser delicado com as pessoas. Parto do princípio que quando as pessoas não entendem é porque me explico mal. Portanto a culpa será minha. A Senhora Deputada pensa o contrário, que as outras pessoa não entendem e a deviam entender. Quando me referi à paginação e às figuras, não quis dizer que isso não era importante. O que quis dizer foi que isso era uma questão colateral, não importante para a discussão e que havia questões mais importantes a discutir. É preciso saber distinguir entre o essencial e o acessório”-----

----JORGE SEQUEIRA/PS-----

---Protesto: “Quero corrigir o que disse há pouco. Não é o Senhor Engenheiro Oliveira Bastos que está à beira da beatificação. Já assistimos aqui a um processo de beatificação do Senhor Presidente da Câmara. Nunca tínhamos assistido a um esforço tão notável, tão sentido, tão premente tão apaixonado dos Membros da Assembleia Municipal no elogio ao Senhor Presidente da Câmara. Mas há um ponto muito movediço que foi pisado pelo Senhor Engenheiro Oliveira Bastos, e daí o meu protesto. É que se o Senhor Engenheiro Oliveira Bastos não se quer comparar com o ex- Presidente da Câmara, não pode em momento algum, cair na tentação de se apropriar do amor à nossa cidade. O senhor esboçou aqui essa tentativa. Aquilo que a oposição diz ou deixa de dizer não é “politiquice nem partidarice”. É muito importante que não nos deixemos galvanizar por Sessões com inspiração bíblica. É também importante frisar que o nosso Regimento prevê “apartes”. Aos Senhores que cultivam tanto a democracia, eu recomendava que vissem um pouco a Sky News e que assistissem ao debate do parlamento inglês.-----

----OLIVEIRA BASTOS/PSD-----

----Contra protesto: “O Senhor está a fazer uma mistificação ou uma amálgama. Não confunda paixão saudável com aquilo que o anterior Presidente da Câmara dizia. Ele não dizia paixão, dizia bairrismo. Era um bairrismo doentio. São coisas diferentes. Não me estou a apropriar de nada do ex- Presidente da Câmara. Estou completamente de acordo quanto aos apartes. Sou parlamentarista embora o regime na Autarquia não seja parlamentarista mas sim

presidencialista. O nosso Regimento também diz que os trabalhos não podem ser perturbados pelos deputados municipais e a Mesa é que tem de medir essa perturbação". -----

----CASTRO ALMEIDA/PRESIDENTE DA CÂMARA-----

----Presta o seguinte esclarecimento: Sobre a instalação da Escola de Inspectores reitera que a possibilidade de ter aqui esta Escola era que estivesse em condições de funcionamento em Setembro. "Era pegar ou largar". Não havia condições de ter a Escola pronta em Setembro se não tivessem começado as obras, demolição do tecto e reconstrução do telhado e partes exteriores. A empreitada do interior não vai avançar antes da aprovação da Assembleia. Mas não podem levar a mal à Câmara pelas demolições efectuadas. Salaria que hoje trouxe à Assembleia uma Revisão do Plano de Actividades para três obras e faz notar que das outras duas nenhuma avançou. Tranquiliza a Assembleia Municipal no que se refere ao trabalho lá efectuado aos sábados, informando que o mesmo não custa dinheiro à Câmara, a empreitada é da responsabilidade do empreiteiro-----

---FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

--- Não havendo mais intervenções foi posta a votação o ponto 2.3.-----

---**Votação: Aprovada por unanimidade.**-----

---Antes de iniciado o ponto seguinte foi proposto um pequeno intervalo nos termos regimentais.-----

-----**PONTO 2.4.**-----

---FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

---Após um curto intervalo e para apresentação deste ponto é dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara sendo aceites inscrições para intervenções.-----

---CASTRO ALMEIDA/PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----

---Explica que a proposta apresentada é no sentido de proibir a actividade remunerada da arrumação de automóveis, salvo nos casos previstos no documento distribuído. Para o caso de incumprimento é previsto uma coima, a novidade está na advertência que é feita ao infractor de que a prossecução da actividade delituosa o faz incorrer no crime de desobediência punível pela Lei penal. Durante algum tempo a actividade de arrumadores desapareceu, mas mais recentemente recomeça a aparecer, sendo desenvolvida por indivíduos que moram nas imediações. Diz não se poder permitir a prossecução desta actividade por ser perturbadora da

segurança e tranquilidade. É neste sentido que foi criado o Regulamento que está em apreciação. Cita as cautelas que foram tomadas para chegar ao objectivo principal, e que é a recuperação dos toxicodependentes, e o mecanismo previsto no artigo sétimo do Regulamento, a fim de possibilitar mais uma oportunidade de recuperação. Assinala a ajuda do Procurador Adjunto na formulação de soluções e formulações jurídicas.-----

---CELSE MATOS/PS-----

---Diz estar totalmente de acordo com a exposição feita pelo Senhor Presidente da Câmara. Assinala a necessidade do Executivo na sensibilização da PSP, no sentido de fiscalizar a actividade dos potenciais arrumadores e que a regra a adoptar pela PSP não seja a que se vê frequentemente "Laissez faire, Laissez passer".-----

---FÁTIMA GUIMARÃES/CDU-----

---Diz sentir-se entristecida ao ver o processo dos jovens toxicodependentes na angariação de carros. Mas pensa que o Regulamento apresentado não resolverá o problema. Não entende a pertinência deste Regulamento, até porque foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara que praticamente os toxicodependentes em S. João da Madeira estavam controlados e o Chefe da PSP em entrevista no Jornal diz que há dois arrumadores na cidade. Refere ainda que gostaria que se gastassem energias no sentido da resolução deste problema, mas não é multando ou prendendo que se resolve este assunto.-----

---CARLOS RIBAS/PSD-----

---Após análise desta proposta, chegou à conclusão que a mesma não se dirige a ninguém em concreto, mas à generalidade de todas as pessoas que se possam encontrar dentro de determinada situação. Destinar-se-á a regulamentar uma actividade, puni-la e também a dissuadi-la. Para conferir maior coercibilidade ao respectivo regulamento prevê-se também o crime de desobediência. Todas as pessoas que praticam esta actividade, não estão em situação económica de pagarem qualquer coima e punir só com coima não terá capacidade de dissuasão. Daí a Câmara Municipal ter previsto a possibilidade deste comportamento ser punido por desobediência. "Não se consubstancia em si pela actividade de arrumação de automóveis, consubstancia-se no desrespeito de uma ordem que terá de ser reiterado a esta ordem". Crê que no futuro muitos de nós se poderão orgulhar deste Regulamento que levado à prática vai trazer mais qualidade de vida, mais tranquilidade e que os grandes beneficiários não vão ser só

os cidadãos que têm de arrumar os automóveis, mas também os próprios arrumadores.-----

----FERNANDO PORTAL/ PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

----Não havendo mais intervenções, passou-se à votação do ponto 2.4.-----

----**Votação: Aprovado por maioria dos presentes** (com 11 votos do PSD, 4 votos do PS, 4 votos do CDS/PP) e 1 voto contra da CDU. Encontrava-se ausente da sala aquando da votação o Membro Fernando Andrade do CDS/PP-----

-----**PONTO 2.5.**-----

----FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

----Informa que este ponto, foi objecto de uma Comissão de estudo criada por esta Assembleia, da qual fez parte um Membro de cada partido. Dá a palavra ao Membro nomeado Presidente da Comissão para apresentação das conclusões.-----

----OLIVEIRA BASTOS/PSD-----

----Lembra que na Assembleia Municipal de 26 de Fevereiro, foi debatida a questão da desafecção de parcela de terreno do domínio público para o domínio privado do município sita nas Fontainhas. Explica que esta desafecção era necessária para levar por diante um loteamento promovido pelo anterior executivo e para o qual seriam necessários terrenos da Câmara Municipal e de particulares. Pela documentação que foi presente nessa altura chegou-se à conclusão que possivelmente a Câmara seria gravemente prejudicada. Assim entendeu-se que o assunto deveria ser retirado da Ordem de Trabalhos e que baixasse a uma Comissão para um estudo mais pormenorizado. -----

---Analisada a questão em reunião e ouvidas explicações e informações do Senhor Presidente da Câmara presente numa dessas reuniões, esta Comissão chegou à conclusão de que esta proposta teria de voltar à Câmara Municipal para ser analisada de novo por forma a que fossem acautelados não só os interesses da Câmara Municipal como também dos particulares interessados nesse loteamento. -----

---Assim, entendeu a Comissão que esta Assembleia Municipal não estaria em condições de votar favoravelmente e fez a proposta que consta da acta da referida Comissão, previamente distribuída, e que vai ficar anexa a esta acta como documento número 6. Finalizando, propõe que esta proposta seja submetida à discussão e votação desta Assembleia Municipal-----

----FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

--- Não havendo intervenções foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

---CASTRO ALMEIDA/PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----

---Expressa o seu reconhecimento pelo trabalho feito pela Comissão e a convicção de que a Comissão com a posição que tomou, acautelou devidamente o interesse municipal.-----

----FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

----Põem à votação da Assembleia Municipal a proposta apresentada pela Comissão.-----

----**Votação: Aprovada por unanimidade dos presentes**, (com 11 votos do PSD, 4 votos do PS, 4 votos do CDS/PP e 1 voto da CDU), pelo que a referida proposta será remetida à Câmara Municipal para nova negociação. Encontrava-se ausente da sala aquando da votação o Membro Fernando Andrade CDS/PP.-----

----- PONTO 2.6.-----

----FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

----Passando-se ao ponto 2.6. o Senhor Presidente da Assembleia perguntou se alguém pretendia intervir. Não havendo intervenções foram postas a votação as Actas nº1/2004 da Sessão Ordinária de 26 de Fevereiro e nº2/2004 da Sessão Extraordinária de 25 de Abril.-----

----**Votação da Acta n.º 1/2004: Aprovada por maioria dos presentes** (com 18 votos a favor e 2 abstenções) sendo 1 do PSD, Carlos Alberto Ribas, e 1 do PS, Filomena Maria Carvalho, por não terem estado presentes nesta Sessão.-----

----**Votação da Acta n.º 2/2004: Aprovada por maioria dos presentes** (com 16 votos a favor e 4 abstenções) sendo 3 do PSD, Oliveira Bastos, Paulo Guimarães e João Alberto Queirós e 1 do PS, Filomena Maria Carvalho, por não estarem presentes nesta Sessão.-----

----Encontrava-se ausente da sala aquando das votações o Membro Fernando Andrade/CDS/PP-----

-----PONTO 2.7.-----

---- FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

----Uma vêz que o Senhor Presidente da Câmara prescinde da apresentação deste ponto, foram aceites inscrições para intervenções.-----

---- FÁTIMA GUIMARÃES/CDU-----

---- A CDU solicitou à Câmara Municipal, quer verbal quer por escrito, um pedido sobre o estado actual das dívidas a fornecedores, referindo que o relatório apresentado em 29 de Dezembro e em 2 de Fevereiro não cumpria o estipulado no nº4 do artigo 68º da Lei 169/99 de 18 de

Setembro. Não concordando com a resposta recebida, "...não foi referido o estado actual das dívidas por estar em preparação dos documentos de prestação de contas a submeter à Assembleia de Abril, e onde está toda a informação sobre a dívida, não seria correcto fazer referência a valores provisórios", mostra o seu desacordo e refere que "esperava que desta vês viesse tudo direitinho, afinal vem tudo na mesma". -----

---CELSO MATOS/PS-----

---Referindo que a Câmara no relatório apresentado, faz referência aos espaços verdes e rio UI, diz: "Esta designação de UI só tem sido adoptada de modo geral a nível da imprensa local, talvez com algum fundamento porque já em mil setecentos e tal tive oportunidade de ler numa linguagem arcaica a referência que de facto é UI e não Antuã. O que quero dizer é o seguinte: A Câmara deveria desenvolver as acções necessárias no sentido de ser rectificado o nome de Antuã para UI baseado em documentos existentes. Lembro que na monografia existente do Dr. Maurício, há uma altura em que o mesmo trata o Rio por UI e que alguém teimosamente dizia que era Antuã , tendo o Dr. Maurício acabado por dizer que "se não for UI não há livro", tendo de facto ficado Rio UI. Diz ainda ser necessário levar à prática a oficialização deste Rio, recordando a existência de uns escritos em semanários locais muito interessantes sobre esta matéria para além da informação que era dada pelos Padres". -----

----Em relação ao Dia da Árvore, diz que "bom seria que a Câmara ao efectuar a plantação das duzentas arvores, não fizesse a mesma coisa que nas reservas de caça. "Meter perdizes e coelhos e depois vêm os caçadores, catrapumba e lá vai disto". O mesmo tem acontecido com as árvores em S. João da Madeira que têm sido degoladas. Seria bom que no futuro houvesse alguém com capacidade de gerir esta situação e não acontecer como aconteceu na Rua Amaro da Costa onde as árvores são uma estaca ao alto. Assinala também os três plátanos que foram colocados na Praça Luís Ribeiro aos quais foram cortadas as cabeças.-----

----CASTRO ALMEIDA/PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL-----

----Quanto às questões levantadas pelo Membro da CDU, refere "quem ouvisse e não tivesse acesso aos documentos poderia pensar que a Câmara estava a fugir a dar a informação sobre a dívida". Na informação distribuída refere que, no período decorrido entre um de Janeiro de 2004 até à data, a dívida a terceiros decresceu em 24% e os empréstimos bancários foram amortizados em 285. 132 Euros. Considera ser suficiente para dar a situação da dívida na data

da apresentação do relatório, não havendo razão para o esconder. -----

----FÁTIMA GUIMARÃES/CDU-----

----Refere que "os juízos de valor foram da inteira responsabilidade do Senhor Presidente". O que disse, foi que a Lei já referida anteriormente, impõe a obrigatoriedade de constar da apreciação que a Câmara tem de apresentar à Assembleia o saldo e o estado actual das dívidas a fornecedores. "É evidente que numa apreciação ao estado financeiro da Câmara, a relação das dívidas, é importante. E é um preceito legal que não foi cumprido".-----

-----FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----Esgotadas as inscrições foi dado por encerrado o "Período da Ordem do Dia" Passou-se de imediato para o ponto 3.-----

-----**PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA**-----

-----**PONTO 3**-----

---FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

---Esclarece que nos termos regimentais, o período de intervenção ao público não poderá exceder trinta minutos.-----

---ARTUR VENTURA RIBEIRO NUNES/MUNÍCIPE.-----

---Refere a existência de um cabo eléctrico fornecedor de energia à Instituição da CERCI, que se encontra entrelaçado na vedação do edifício, percorrendo toda a área da entrada. O mesmo está ligado ao contador que se encontra amarrado por um fio eléctrico na própria vedação da CERCI. Alerta para o perigo existente e apela à intervenção do Senhor Presidente da Câmara, no sentido de evitar um grave problema.-----

---ALBINO COSTA/ MUNÍCIPE-----

---Assinala a construção de um edifício que contraria o PDM com um piso a mais, nas traseiras do Edifício Parque América. Apela a que esta Assembleia Municipal interfira na actuação da Câmara Municipal para proceder à demolição do mesmo por ser uma ilegalidade.-----

---JORGE CORTÊZ/MUNÍCIPE-----

---Agradece ao Senhor Presidente da Câmara o facto de ter dado inicio ao inquérito sobre o desaparecimento do equipamento de rádio.-----

---Assinala que a separação dos lixos em S. João da Madeira, que teve o seu inicio em 1985 , até agora está praticamente na mesma. Lembra os elemento nocivos ao ambiente como pilhas

e frigoríficos por exemplo, assinala a falta de recolha e de reservatórios para separação de lixos e a falta de eco-pontos que não é preciso estar à espera das conclusões da Agenda 21 para dar andamento a um assunto tão útil para os sanjoanenses.-----

-----CASTRO ALMEIDA/PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----

-----Regista as intervenções e os assuntos focados. Assinala que a preocupação referida pelo tratamento de lixos é real, mas esclarece que foi aberto concurso para a resolução do problema, com condições de sustentação ambiental conforme conclusões já tiradas da Agenda 21.-----

-----FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----Não havendo mais intervenções, foi posta a aceitação a elaboração da minuta da acta, nos termos da legislação em vigor, que foi **aprovada por unanimidade**.-----

-----Lido o teor da minuta da acta pelo Primeiro Secretário, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs a mesma a discussão.-----

-----CELSO MATOS/PS-----

-----Pergunta se está no espírito da Mesa a referência ao nome dos Membros que se abstiveram na votação das Actas e que não foi referido pelo primeiro Secretário. -----

-----FERNANDO PORTAL/PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----Esclarece que os mesmos serão identificadas na Acta. Não havendo mais intervenções foi a mesma posta a votação. **Aprovada por unanimidade**.-----

.----Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a reunião.-----

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO-----

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO -----